

Os filhos do Pato Donald

Orlando Miranda*

No ano passado o Pato Donald completou cinquenta anos (foi desenhado pela primeira vez em 1934). E a TV Cultura, sempre atenta a aniversários e comemorações, resolveu fazer um programa a respeito. Daí, me entrevistou, pois como eu já cometi um livro a respeito, devo entender do assunto:

— Qual é, na sua opinião — atacou a repórter lá pelas tantas —, a contribuição do Pato Donald para a cultura brasileira?

O chato de ser intelectual é que a gente não pode responder simplesmente com um sonoro “sei lá”. Na ocasião, gaguejei um pouco, fiz cara de entendido e saquei algumas frases que não faziam nenhum sentido, mas que na televisão a gente pode dizer, porque ninguém presta atenção mesmo.

Qual o legado cultural do Pato Donald? Mirandinha, vosso escriba, não tinha a menor idéia. Certamente, eu conhecia a opinião de outras pessoas: o chileno Mattelart, por exemplo, que escreveu um livro chamado *Para ler o Pato Donald*, pensa o pato como sendo uma garra

afiada do imperialismo, cuja tarefa é a de submeter e domesticar os povos pobres e os trabalhadores em geral. Conformar-se com a ordem vigente, seria sua mensagem básica.

Também José de Sousa Matins (*Tio Patinhas no Centro do Universo*) mostra como as historinhas transmitem a naturalidade da dominação capitalista.

Mas há também os que acham que as estorietas são um passatempo inofensivo, e até educativo. E foi pensando nisso tudo que eu fui para casa. Na minha casa, eu explico, quem chega depois das sete pode ir pegar a comida no forno. Emengaard, nossa viçosa empregada, minha esposa Lili e as crianças podem ser encontradas na sala assistindo a televisão.

Peguei meu prato e fui procurar o aconchego familiar. Esperei pacientemente um intervalo da novela para reportar minha entrevista e falar do que se sabia sobre o Pato Donald.

— Uns patinhos tão bonitinhos — comentou a doce Lili sem um pingo de interesse —, eles não podem fazer mal a ninguém.

— Uns homenzarrão desse tamanho — interveio Emengaard, que sempre tem uma opinião a respeito de tudo — perdendo tempo pra escrever de uns pato cheio de pena.

Embora sem o necessário esti-

* Orlando Miranda é professor de Sociologia na USP.

mulo familiar, resolvi pesquisar um pouco mais o assunto, e passei os dias seguintes consultando revistas velhas, que por alguma razão tinham escapado da tesoura escolar de minha filha, Felícia.

Para saber do legado cultural do Pato Donald, a primeira coisa seria apurar o padrão cultural das estórias, e assim me dediquei a levantar os dados históricos, geográficos e da organização social de Patópolis.

A cidade foi fundada por Cornelius Patus. Não se sabe muito sobre este personagem, mas suas estátuas (e raras evocações) mostram-no com a aparência e vestimentas de um peregrino inglês do século XVII, como aqueles que iniciaram a colonização norte-americana, aportando na Nova Inglaterra.

Contudo, outro monumento histórico é o forte Patópolis, que nos é mostrado sob ataque de índios a cavalo, e defendido por armas do século XIX (Cornelius Patus carrega somente um bacamarte).

Assim, o passado de Patópolis sintetiza dois momentos (pelo menos) da história dos Estados Unidos — a formação das 13 colônias e a marcha para o Oeste — e poderia localizar-se tanto na Nova Inglaterra como nas pradarias do Meio Oeste.

A questão da situação geográfica pode esclarecer-se se observarmos a “zona rural”, o que pode ser encontrado nos arrabaldes de Patópolis. O bosque dos esquilos Tico e Teco, e também o do Lobão e dos porquinhos, com suas nogueiras e coníferas, tem características de floresta fria, poderia situar-se na

região dos Grandes Lagos ou no Maine. Talvez até na Nova Inglaterra, de onde, aliás, a granja da Vovó Donald é um produto típico.

Mas a mata do coelho Quincas é de outro tipo, deve localizar-se nas imediações dos pantanais da Flórida. E quanto à fazendola do Urtigão, sem dúvida situa-se nas montanhas do Kentucky ou Tennessee.

Mais: o rio Mississippi passa por Patópolis, pois é ali que a pata Ricarda ancora sua antiquada barca a vapor. E nas imediações da cidade há paisagens de montanhas e desertos que lembram muito mais o Colorado ou o Novo México. Finalmente, o verão (e a praia) são produtos da Califórnia, enquanto o inverno rigoroso e nevado é o do norte do país.

Em suma, Patópolis aproxima, coloca à sua volta todos os Estados Unidos, da mesma forma que a história do país compõe sua própria história.

— Lógico! — concordou Emengaard quando eu expliquei essas idéias na mesa do jantar. — Não foram eles que inventaram esses pato? Então, queria que fizesse eles como?

Eu tentei explicar que há muito tempo as estórias Disney são desenhadas e produzidas em dezenas de países diferentes (muito poucas das estórias publicadas no Brasil são, hoje, de origem norte-americana), e que me parecia surpreendente que a internacionalização da produção não tivesse alterado o caráter típico estadunidense do universo de Patópolis. Tenho certeza de que Emengaard, então às voltas com uma omelete, não me prestou

a menor atenção.

Lili, que sempre me apóia nesses momentos, comentou que o que eu dissera era “muito interessante”, e serviu-se de um pouco mais de batatas fritas.

Nós, intelectuais, somos muitos incompreendidos. A civilização brasileira ali ruindo sob o impacto do imperialismo cultural e as duas nem aí, preocupadas com omeletes e batatas fritas.

Afinal, onde fica Patópolis?

Voltei para minhas revistas decidido a decifrar a organização social e política de Patópolis, e a relação de seus habitantes com os estrangeiros.

Patópolis é uma grande metrópole, um dos maiores centros industriais e financeiros do mundo, sede dos impérios econômicos de Patinhas e Patacôncio (para não falar de outros trilionários locais). Porém, fora dos edifícios-sede das corporações, assemelha-se a uma cidade pequena, ou a um grande subúrbio, com habitantes de classe média, casas térreas, planas e de bom terreno, e vizinhos que se conhecem.

Embora o Mickey às vezes possa ser chamado para ajudar em assuntos de “segurança nacional”, as autoridades do país estão ausentes e em nada interferem na vida da cidade. A justiça local conta com ciosos policiais e rápidos e eficientes juizes, e as maiores autoridades são o chefe de polícia e o prefeito, que no entanto, para desempenhar suas

funções, necessitam do prestimoso auxílio dos cidadãos proeminentes. O coronel Cintra, para enfrentar a criminalidade, vale-se com frequência do Mickey, do Superpateta ou, em último caso, do atrapalhado Morcego Vermelho. E que seria dos planos do prefeito se não pudesse valer-se da contribuição financeira (nem sempre espontânea) de Patinhas e Patacôncio, ou ainda do gênio inventivo do Pardal?

Há, em Patópolis, um democrático poder local, que o sociólogo Wright Mills chamaria de maior herança do liberalismo, convivendo e se sobrepondo à presença das grandes corporações. Sem dúvida, mais um mito americano, uma visão idílica dos Estados Unidos.

E a comparação desta concepção de organização política com a dos “estrangeiros” revela um preconceito freqüente no senso comum norte-americano.

Os europeus em geral aparecem segundo seus estereótipos (o *snoob* inglês, o artista francês etc.), um tanto excêntricos, mas de qualquer forma civilizados. Menos sorte têm os latino-americanos, africanos e asiáticos, em regra pobres, ingênuos e indolentes. Nestas exóticas regiões tem-se, por natureza, um forte e centralizado autoritarismo, marcando a organização regional. E exercido por reis, príncipes, presidentes, bondosos ou malévolos, e contra os quais se desenham com freqüência as mais estranhas conspirações.

— Mas aqui no Brasil não é assim mesmo? — interveio Emengaard quando comuniquei meus raciocínios à família. — As pessoas vão vo-

tando que nem besta. Veja o Jânio Quadro, por exemplo...

Eu me recuso a permitir que o senhor Jânio Quadros entre pelo meu texto adentro, e por isso, no melhor estilo Ernesto Geisel, fui cassando a palavra de Emengaard.

— Você tem que concordar — disse eu — em que pelo menos essas estorieta são ocupando um espaço que poderia ser utilizado na preservação dos valores nacionais.

— Como assim? — perguntou a trêfega servçal.

Eu expliquei que se uma estória em quadrinhos reproduzia o universo cultural norte-americano, era possível, em vez de divulgá-la, trabalhar estorieta que preservassem nossos próprios padrões. Para isso — continuei — não bastava produzir no Brasil, pois muitas das estórias Disney são feitas aqui, e eu tenho sérias dúvidas de que outros produtos, como a Mônica, por exemplo, constituam um universo brasileiro.

Seria preciso — eu estava ficando entusiasmado — preocupar-se em recuperar o clima, a vida, a herança cultural do Brasil. Daí, falei que havia traços positivos no Zé Carioca (produzido pela mesma equipe Disney), e lembrei do velho Pererê, tal como Ziraldo o elaborou nos anos sessenta.

Para minha surpresa, Emengaard concordou comigo, e pude perceber o sorriso de orgulho da doce Lili, satisfeita com a demonstração de inteligência superior do marido.

Pensei que daí para a frente trabalharia sossegado, sem que a empregada me interrompesse a cada

momento, lembrando que havia “coisas mais úteis para fazer”, assim como mudar o bujão de gás ou trocar uma lâmpada, tarefas que Emengaard considera tipicamente masculinas.

Mas me enganei. Nem bem tinha recomeçado meus estudos e apareceu Emengaard, propondo que fôssemos vender para uma editora a estória de Raimundinho, um pequeno jegue que morava às margens do São Francisco, vizinho da feira do Caruaru, e perto do açude de Orós, aliás sua terra natal (de Emengaard, não do jegue).

Apesar de ela me ter proposto sociedade, tentei explicar a Emengaard que nós, intelectuais, apenas criticávamos e sugeríamos coisas. Não fazíamos.

— Então — retrucou ela com certa propriedade — para que é que cês servem?

Isso, leitores, foi a gota d'água. Peguei algumas revistinhas e entreguei a Lili e Emengaard.

— Leiam — disse eu. — Quero saber a opinião de vocês.

Na verdade, essa não era uma atitude tão desesperada como possa parecer. Eu estava achando que partindo de um universo tão completamente distinto, e se constituindo (tal como a televisão) numa atividade solitária, que não engendra nenhuma prática social, seria clara para mentes não perturbadas a distinção entre o real e o imaginário, de tal forma que os valores da estorieta permanecessem à parte, sem influência maior no cotidiano dos leitores.

A experiência foi, de certa forma, trágica, com Emengaard tran-

cada no banheiro, atrasando o almoço por três dias consecutivos.

Afinal, sem se preocupar com o fato de o arroz ter queimado ligeiramente, ela apresentou suas conclusões:

— Esse pato velho de cartola é patife — sentenciou ela. — Se é pobre de rico só pode de ser patife.

Lili protestou imediatamente. Explico: minha doce esposa, apesar do meu miserável salário na USP, e de certas revistas não pagarem as colaborações que escrevo com esforço, ainda assim nutre sonhos de ascensão social, e tem a maior simpatia pelo tio Patinhas e a maneira como ele gere sua fortuna.

— Um pato tão trabalhador e econômico!

— Que nada! — insistiu Emengaard. — Ele vêve é de explorar os patinho.

— Imagine — a doce Lili permanecia firme também —, ele é que faz tudo, e ainda tem que dar emprego pra esse povo todo.

É isso. Dentro de um contexto cultural tipicamente norte-americano, o que se propõe aos leitores é um jogo, uma disputa amistosa entre personagens, como se fosse uma competição esportiva.

Disputa-se um prêmio, que pode ser um troféu, os favores de Minnie ou Margarida, a moeda número um do Patinhas, ou simplesmente quem é mais hábil, mais inteligente, ou quem está com a razão.

Em muitos casos pode-se oferecer ao leitor um partido, um “mocinho”, como o Mickey ao enfrentar João Bafo-de-Onça ou Patinhas em luta contra a maga Patalójika. Mas

em outros, talvez na maioria, não é certo quem conseguirá a risada no último quadrinho e quem aparecerá em fúria, derrotado. E o leitor pode escolher, segundo o tipo que preferir. Emengaard seguramente torce pela vitória de Donald ou Peninha, enquanto minha doce Lili considera Patinhas seu herói.

Seja quem for o eventual vitorioso, a narrativa se esgota como um jogo, que pode ser prontamente esquecido.

Na divulgação das histórias Disney, na mitologia de Patópolis, perde-se um espaço cultural que poderia ser aproveitado de outro modo, mas o que ali se difunde é provavelmente inócua, de fronteiras nítidas, ao qual cada um adere, identificando-se conforme seus próprios valores.

Não é uma garra afiada do imperialismo nem um produto educativo (uma vez que não é didático nem seus valores são fáceis de distinguir), mas apenas um jogo, onde o que mais se deve criticar é deixarmos de ocupar nosso próprio espaço.

— Eu tenho uma coisa a dizer sobre esses patos — anunciou definitivamente a Emengaard, encerrando a discussão diante da proximidade da novela das sete.

Fizemos todos um respeitoso silêncio, e a flor de Orós apresentou sua conclusão:

— Pato que fala não é pato, é papagaio. E mais: pato só é bom, mesmo, assado.

E vocês querem saber de uma coisa? Dessa vez, eu até que concordo com a Emengaard. ★